

Para empresário, texto dá mais poder ao Estado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O empresário Sérgio Quintela criticou ontem a ordem econômica prevista no anteprojeto de Constituição da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de que participou, dizendo que o texto discrimina o capital e aumenta excessivamente a intervenção do Estado na economia. A crítica foi feita na última reunião formal da comissão, realizada na reitoria da Universidade de Brasília (UnB), que teve a participação de 25 de seus 50 membros. O voto separado de Quintela será entregue hoje, oficialmente, ao presidente Sarney, junto com o documento final da "comissão de notáveis" em cerimônia no Palácio do Planalto.

Quintela salientou que o capítulo da ordem econômica da proposta privilegia o social, "o que considero justo, mas discrimina o capital, ainda que nacional, reprimindo a acumulação de capital, independente da forma de sua obtenção e da sua destinação". O texto apresentado, segundo ele, coloca a iniciativa privada sob tutela do Estado. O empresário informou que pretende ficar contra esse preceito e lutar por sua modificação na Assembleia Nacional Constituinte.

Coube ao sociólogo Hélio Jaguaribe a defesa da proposta da comissão, observando que o que se pretende é introduzir no Brasil o que vem sendo feito nos países mais adiantados do mundo, ou seja, "uma economia de mercado socialmente regulada, entregando-se à iniciativa privada a responsabilidade de produzir riquezas e de promover o desenvolvimento, com a justa remuneração do capital, mas deixando à supervisão do Estado democrático a distribuição do excedente". Com isso, segundo Jaguaribe, se atingirá "um sistema de mercado livre, po-

rém de destinação social, voltado para a distribuição do bem-estar entre todos os cidadãos".

No final, o presidente da comissão, professor Afonso Arinos, justificou as opiniões divergentes dos integrantes da comissão, afirmando que não houve "adesão" ao anteprojeto, mas apenas a sua aceitação pela maioria, como forma de contribuição à futura Constituinte.

CLIMA DE FESTA

Os demais participantes limitaram-se a ressaltar o espírito democrático e o clima de companheirismo durante o período de trabalho da comissão. Mário Martins salientou que o resultado final é uma resposta às críticas que receberam durante o ano, quando, em seu entender, foram acusados de elitistas e colocados sob suspeição seu "discernimento social". "Mostramos um trabalho não utópico, mas um realismo com imaginação", disse Martins Ferro. Costa ressaltou, por sua vez, que o anteprojeto restabeleceu os direitos sociais da Constituição, "esquecidos no decorrer dos governos autoritários". Já o presidente do Dieese, Walter Barelli, destacou a representatividade da comissão, lembrando que todos os segmentos sociais foram ouvidos.

O clima de festa da última reunião foi quebrado apenas pelo ex-secretário-geral, Ney Prado, que renunciou ao cargo, no início deste mês, por discordar do tratamento dado às Forças Armadas no anteprojeto. Prado pediu a palavra para ler o relatório final das suas atividades, logo após a leitura de relatório semelhante apresentando pelo secretário-executivo da comissão, Mauro Satayana. O constrangimento não foi maior porque o professor Afonso Arinos permitiu a leitura, explicando que não lhe havia dado a palavra devido à sua renúncia.